

“Brasil pedirá o que achar preciso”

A. M. PIMENTA NEVES
Nosso correspondente

WASHINGTON — “Desta vez, vamos fazer as coisas direito”, afirmou ontem o presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, explicando que o Brasil pedirá, agora, os recursos que considerar necessários, enquanto antes solicitava o que achava que os bancos estavam dispostos a dar.

Langoni esteve ontem pela manhã em Washington, para encontrar-se com autoridades norte-americanas e, à tarde, reuniu-se em Nova York com o comitê de assessoramento da dívida formado pelos bancos privados internacionais, em mais um episódio da longa rodada de negociações que o Brasil realiza com seus credores. Enquanto isso, economistas da Secretaria de Planejamento e do Banco Central tentavam resolver com técnicos do Fundo Monetário Internacional algumas divergências sobre as contas nacionais.

O presidente do Banco Central reuniu-se por mais de hora e meia com Paul Volcker, o “chairman” da Junta da Reserva Federal (FED) — o banco central norte-americano —, e com o secretário adjunto do Tesouro, R. T. McNamar, na sede do FED, aos quais disse ter pedido apoio para o “pacote” que está sendo negociado com os bancos privados.

Ao deixar o encontro, às 11h45 aproximadamente, Langoni foi direto para o aeroporto nacional, embarcando para Nova York a fim de se avistar com comitê de 44 bancos presidido por Bill Rhodes, do Citibank.

SÓ RUMORES

Porta-voz da Reserva Federal informou tratar-se de “apenas um rumor”, tanto quanto sabia, a notícia proveniente de Londres, segundo a qual Volcker estaria articulando um novo empréstimo de emergência para o Brasil, superior a 2 bilhões de dólares. Langoni, em Nova York, afirmou que a notícia era absurda. O assunto também não ergiu na reunião de cinco horas que o próprio comitê bancário realizou anteontem, em Nova York, da qual Langoni não participou porque chegou atrasado.

Fontes bancárias revelaram a este jornal que o que se pretende obter, o mais cedo possível, é a liberação das parcelas do Jumbo de US\$ 4 bilhões que foram retidas pelos bancos internacionais quando o FMI resolveu suspender seus desembolsos para o Brasil, tendo em vista a incapacidade do governo de cumprir as metas econômicas acordadas com a instituição no início do ano. Em março, os bancos internacionais entregaram ao Brasil cerca de US\$ 2,45 bilhões segundo documento do Banco Central de abril deste ano, e ficaram de liberar, em termos líquidos, mais US\$ 541 milhões em junho, US\$ 535 milhões em setembro e US\$ 514 milhões em dezembro. Há discrepâncias entre esses números e os que o ministro Ernane Galvêas menciona à imprensa com frequência — os nú-

meros de Galvêas são maiores, ultrapassando US\$ 600 milhões.

Quando José Carlos Madeira Serrano, diretor da Área Externa do Banco Central, foi consultado recentemente sobre essas discrepâncias, disse que os números do Banco Central representavam valores líquidos, tendo em vista que os bancos internacionais já haviam adiantado uma parte dessas prestações. Mas a explicação mais provável é que dos valores líquidos está descontada a comissão inicial cobrada pelos bancos. Enfim, só o governo pode explicar a diferença, porque os próprios bancos consultados por este jornal estão confusos.

LIBERAÇÃO

As mesmas fontes disseram ser possível que essas parcelas sejam liberadas antes mesmo da aprovação formal da revisão do programa brasileiro pela diretoria-executiva do FMI, porque fazem parte da fase um do esquema financeiro do Brasil. Como se sabe, os bancos estão agora examinando a fase dois, que inclui recursos adicionais de médio e longo prazos para este ano e, para o próximo, não só novos empréstimos como também o refinanciamento do principal a vencer.

Contudo, para que os bancos liberem os recursos pendentes da fase um (o que resta do jumbo), seria preciso que recebessem do diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, um sinal de que as negociações com o Brasil estão concluídas e que pretende remeter à diretoria-executiva, recomendando sua aprovação, o novo programa brasileiro. Uma fonte brasileira disse que esse sinal de De Larosière poderia ser dado até na próxima semana.

Entretanto economistas do governo brasileiro chegaram ontem de manhã a Washington para conversar com o FMI e ficaram aqui pelo menos até o final da tarde, já que há ainda alguns pontos de divergência entre as partes em relação ao programa para o próximo ano e os principais e que, conforme fontes bancárias, referem-se à taxa de inflação e ao déficit público. O FMI gostaria que a taxa de inflação de 1984 fosse reduzida para 50% e quer saber exatamente como a inflação será medida. Há dúvidas, também, sobre a taxa de inflação deste ano. Entre os economistas que permaneceram em Washington estão José Augusto Savazini, diretor-superintendente do Instituto de Planejamento Econômico da Seplan; Carlos von Doellinger, assessor do instituto, e Alberto Furuquém, chefe do Departamento Econômico do Banco Central.

É possível que os bancos considerem a hipótese de liberar as parcelas já contratadas do jumbo para o Brasil, antes mesmo da aprovação formal do novo programa brasileiro e, portanto, do desembolso dos recursos pelo FMI. Mas o crédito adicional dos bancos para este ano e o próximo só sairiam depois de o FMI definir sua posição.



Langoni: “Desta vez, vamos fazer as coisas direito”